

Tributaristas rejeitam taxa de marinha

Audiência pública indicará comissão para pedir mudanças

WALTER CONDE

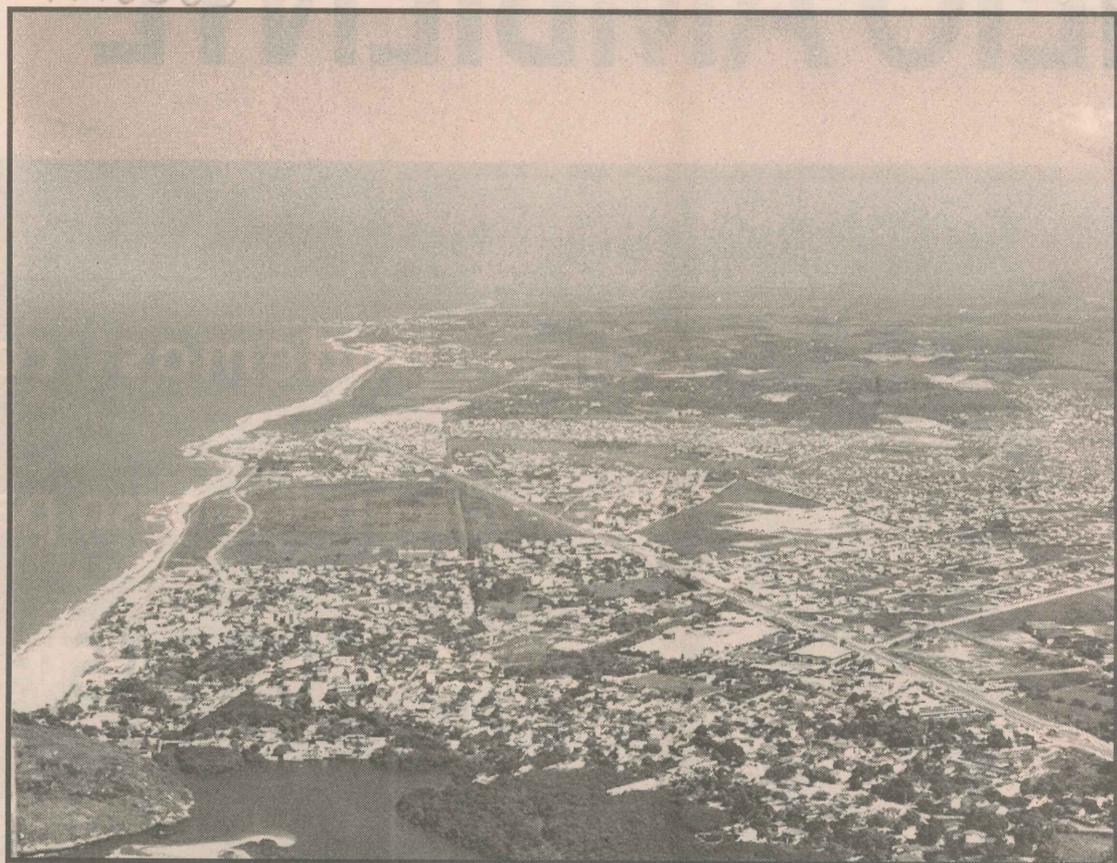
Tributaristas capixabas condenaram ontem a insistência do Governo federal em manter a cobrança das taxas de terreno de marinha. O total que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, arrecada anualmente junto aos 35 mil capixabas é de R\$ 12 milhões, segundo dados regionais da própria SPU.

Embora considerem a medida "anacrônica", eles destacam não ver ilegalidade. "Pode até ser absurda a cobrança de terreno de marinho, um negócio anacrônico. Agora, bitributação (com o Imposto Predial e Territorial Urbano) não há", disse ontem o advogado tributarista Guido Pinheiro Côrtes. "Essa taxa de ocupação não são tributos. Tem uma natureza completamente diferente. Então não há bitributação", completou.

Com relação aos R\$ 12 milhões, o advogado tributarista Ricardo Dalla destacou que o valor "não representa nada em termos de arrecadação para a União".

"Está na hora de retirar esse ônus do contribuinte brasileiro. Todos condenam essas taxas de marinha, como o laudêmio, foro, entre outras. Está na hora de repensar isso", disse Dalla.

Mesmo com as críticas que vêm sendo feitas a essas taxas nos últimos anos, a SPU



Aumento

Vista aérea da Barra do Jucu, região de Vila Velha que terá reajuste de 100% na cobrança da taxa de marinha neste ano

anunciou um reajuste médio de 50% para este ano. A majoração não é uniformizada, chegando a 131% na Enseada do Suá ou a 105% em Bento Ferreira, em Vitória. Na Barra do Jucu, em Vila Velha, o aumento será de 100%, e na região rural de Conceição da Barra, de até 200%.

O tarifaço da SPU, contudo, segundo a representação regional, não recupera uma "defasagem", que em alguns casos seria de 100%.

Audiência

Por causa da vigência das taxas de marinha e dos aumentos que vêm ocorrendo anualmente acima dos índices

inflacionários, a Câmara de Vereadores de Vitória decidiu realizar uma audiência pública para debater o assunto.

A audiência promovida pela Câmara de Vereadores de Vitória vai ser realizada no auditório da Prefeitura da Capital, na segunda-feira. O organizador, vereador e também presidente da Associação dos Ocupantes de Terrenos de Marinha no Espírito Santo, José Carlos Lyrio Rocha (PSDB), disse que o encontro é aberto para todos os 35 mil capixabas enquadrados nessa situação.

José Carlos Lyrio disse que os moradores querem apressar a votação de três projetos,

em tramitação no Congresso Nacional. São propostas que modificam por completo a legislação vigente. Além disso, vai ser reivindicada a revisão das atuais taxas. No evento será formada uma comissão para ir a Brasília, para pedir pressa nos projetos.

O deputado federal, Renato Casagrande (PSB), disse que já conversou sobre esse assunto com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha: "Tem um projeto mais adiantado do ex-deputado Victor Faccioni (RS), que atualiza a preamar médio de 1831 para 1999 e que já passou por todas as comissões. Está pronto para ser votado".